

FUNÇÃO

- Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde julho de 2004
- Coordenador do Curso de Mestrado em Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

CONTACTOS

Tel. +351 217 214 170 | Fax +351 217 214 177

Palma de Cima, 1649-023 Lisboa – Portugal

[rmedeiros@fd.lisboa.ucp.pt] | www.fd.lisboa.ucp.pt

ÁREAS DE INTERESSE

- Disciplinas (Licenciaturas): Direito Constitucional; Direitos Fundamentais; Introdução ao Direito Público; Direito Administrativo; Ciência Política; Teoria Geral do Estado; Introdução ao Estudo do Direito; Direito Internacional Público; Justiça Constitucional.
- Disciplinas (Mestrados): Direitos Fundamentais e Responsabilidade civil pré-contratual, contratual e extracontratual dos poderes públicos

LÍNGUAS

- Inglês (Falado e escrito)
- Francês (Falado e escrito)

PERCURSO ACADÉMICO

- 1987 | Licenciatura em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | média final de 17 valores
- 1991 | Mestrado em Direito na área das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos” | Orientador / Arguente Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores
- 1999 | Doutoramento em Direito no ramo das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “A decisão de Inconstitucionalidade” |

Orientador Prof. Doutor Jorge Miranda | Arguentes Prof. Doutor Gomes Canotilho e Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ACADÉMICA

- Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa entre 1987 e 1999.
Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa entre 1999 e 2004
Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde 2004
- Professor do Instituto dos Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa desde 1999
- Professor do Instituto de Altos Estudos Militares entre 1997 e 2002
- Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1999 e 2002
- Membro do Conselho de Redação da Revista Direito e Justiça, desde 1991.
- Vogal da Direção da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, desde 1999 até 2002.
- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2002 a 2005.
- Primeiro Diretor do Catolica Research Centre for the Future of Law, 2013.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÉMICA

- Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1990. Sócio fundador da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados.
- Adjunto do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores entre 1991 e 1993 e colaborador desse Gabinete entre 1993 e 1997 e colaborador do Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira entre 1997 e 1999.
- Membro da Comissão da Ordem dos Advogados que, entre 2000 e 2001, procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado.
- Membro do grupo de trabalho que, entre 2001 e 2002, elaborou o anteprojeto de Lei da Água.
- Presidente da Comissão de Preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos, nomeado pelo Despacho Conjunto n.º 179/2006, de 27 de janeiro de 2006, dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.
- Membro da Direção do Instituto das Sociedades de Advogados, entre 2006 e 2010.
- Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, entre 2013 e 2014.

PUBLICAÇÕES (ARTIGOS E PARTICIPAÇÕES EM MONOGRAFIAS)

- Valores jurídicos negativos da lei inconstitucional, in O Direito, 1989, págs. 485-544.

- Estrutura e âmbito da ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legalmente protegido, in RDES, 1989, págs. 1-107.
- Relações entre normas constantes de convenções internacionais e normas legislativas na Constituição de 1976, in O Direito, 1990, págs. 355-377.
- Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos, Coimbra: Almedina, 1992.
- O ambiente na Constituição, in RDES, 1993, págs. 377-400.
- As regiões autónomas e a aplicação das diretivas comunitárias (em coautoria com José Maria de Albuquerque Calheiros), in Direito e Justiça, 1993, págs. 417-514.
- O Ministro da República e a coordenação da atividade dos serviços centrais do Estado no tocante aos interesses da região, in O Direito, 1993, págs. 87-105.
- Âmbito e limites da autonomia administrativa regional, in Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores - a autonomia no plano jurídico, Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995, págs. 115-137.
- Admissibilidade de uma responsabilidade solidária em regime de litisconsórcio necessário - Anotação ao Ac. do STA de 28.11.1996, in Cad. Just. Adm., nº 4 (julho/agosto 1997), págs. 24-30.
- Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores anotado (em coautoria com Jorge Pereira da Silva), Lisboa: Principia, 1997.
- A confirmação de uma certeza: o reconhecimento dos efeitos ultraconstitutivos das sentenças de anulação - Anotação ao Ac. do STA de 16/04/98, in Cad. Just. Adm., nº 13 (janeiro/fevereiro 1999), págs. 37-41.
- A Decisão de Inconstitucionalidade, Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.
- Brevíssimos tópicos para uma reforma do contencioso da responsabilidade, in Cad. Just. Adm., nº 16, págs. 33-40 (julho/agosto 1999).
- Ações de Responsabilidade - elementos do regime jurídico e contribuições para uma reforma, Cascais: Principia, 1999.
- Vers une protection juridictionnelle commune des citoyens en Europe(?), em coautoria com J.M. Sérvulo Correia e Bernardo Ayala, in Towards a Unified Judicial Protection of Citizens in Europe (?), org. Epamimondas Spiliotopoulos, Bruylant, 2000, págs. 572-584; também in J.M. Sérvulo Correia / Bernardo Diniz de Ayala / Rui Medeiros, Estudos de Direito Processual Administrativo, Lisboa: Lex, 2002, págs. 52-63.
- Responsabilidade civil do Estado por omissão de medidas legislativas - o caso Aquaparque, in RDES, 2000, nº 3 e 4, págs. 299-383 (em coautoria com Diogo Freitas do Amaral).
- Do estatuto jurídico da Universidade Católica Portuguesa, in Direito e Justiça, 2001, II, págs. 85-121.

- A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português, in *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976*, Lisboa: AAFDL, 2001, págs. 227-293 / *La Charte des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, la Convention Européenne des Droits de l'Homme et le Portugal*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 14, n° 1, 2002, págs. 629-680.
- *Obras Públicas - Do pagamento do Prémio pela Conclusão Antecipada da Empreitada* (em co-autoria com Diogo Freitas do Amaral), Lisboa: Azeredo Perdigão & Pereira de Almeida, 2001, págs. 49-99.
- A responsabilidade civil pelo ilícito legislativo no quadro da reforma do Decreto-Lei n° 48 051, in *Cad. Just. Adm.*, n° 27 (maio / junho de 2001); também in *Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado - trabalhos preparatórios da reforma* (org. MJ - Gabinete de Política Legislativa e Planeamento), Coimbra Editora, 2002.
- Restrições aos poderes do Governo em matéria de reconhecimento e de alteração dos estatutos das fundações de Direito Privado, in *ROA*, 2002 (abril), págs. 347-382 (em co-autoria com J.M. Sérvulo Correia).
- Anteprojeto de Regime Jurídico de Proteção da Água, in *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, 2002 (junho), págs. 191-424 (em co-autoria com José Cunhal Sendim, Isabel Abalada Matos, Isabel Moreira, Pedro Lomba, António Lorena de Sèves e Bárbara Cruz).
- O Estado de Direitos Fundamentais português: alcance, limites e desafios, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, II, 2002, págs. 23-43.
- Apreciação geral dos projetos (V Seminário de Justiça Administrativa - Responsabilidade Civil do Estado), in *Cad. Just. Adm.*, n° 40 (julho/agosto 2003), págs. 8-17.
- A contratação pública nos sectores com regime especial - água, energia, transportes e telecomunicações, in *La contratación pública en el horizonte de la integración europea*, Madrid: INAP, 2004, págs. 137-182.
- A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra: Coimbra Editora, 2004, págs. 183-202.
- *Responsabilidade Civil dos Poderes Públicos*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- *Constituição Portuguesa anotada*, I, II e III, Coimbra: Coimbra Editora, 2005, 2006 e 2007 (em co-autoria com Jorge Miranda).
- Âmbito do novo regime da contratação pública à luz do princípio da concorrência, in *CJA*, n.º 69, págs. 3-29.
- *Constitution et famille(s)*, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, XXIV, 2008 (texto que reproduz, com algumas actualizações a anotação aos artigos 36.º e 67.º da primeira edição da Constituição anotada elaborada em co-autoria com Jorge Miranda).

- O novo mapa judiciário perante o estatuto constitucional do Ministério Público, Lisboa, 2009 (reimpressão em 2014, em coautoria José Lobo Moutinho).
- Regime da relação entre associados e sociedades de advogados, in 2º Encontro Nacional das Sociedades de Advogados de Portugal, ASAP, Estoril, 2009.
- Direito da Concorrência e Ordens Profissionais, Coimbra: Coimbra Editora, 2010 (em co-autoria com Sérvulo Correia, Tiago Fidalgo de Freitas e Rui Tavares Lanceiro).
- O controlo de custos nas empreitadas de obras públicas através do novo regime de trabalhos de suprimento de erros e omissões e de trabalhos a mais, in Estudos de Contratação Pública, II, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- Constituição Portuguesa anotada, I, 2.ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2010 (em co-autoria com Jorge Miranda).
- Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Sociais: entre a unidade e a diversidade, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia, I, Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- Constitucionalismo de matriz lusófona: realidade e projeto, Lisboa: Verbo, 2011 (março).
- A proteção processual do adjudicatário em face de uma recusa de visto no âmbito da fiscalização prévia de contratos pelo Tribunal de Contas, in Revista de Contratos Públicos, n.º 1 (2011).
- A tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional na revisão de 2004 e a próxima revisão constitucional, in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011 (junho).
- «Remuneração Compensatória Regional» no quadro das restrições remuneratórias impostas na Lei do Orçamento do Estado para 2011, in Açores: uma reflexão jurídica, Coimbra: Coimbra Editora / Sérvulo, 2011 (junho). (em co-autoria com João Lamy da Fontoura).
- Uma revisão não consumada: a revisão constitucional de 2004 e a tentativa fracassada de alargamento da competência legislativa regional, in Estudos dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, III, Lisboa: UCE, 2011 (em co-autoria com Armando Rocha).
- Internacionalismo defensivo e compromisso europeu na constituição portuguesa, in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles, II, Coimbra: Almedina, 2012.
- Uma leitura constitucionalmente comprometida da Concordata, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, III, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- Raízes e contexto da distinção binária entre sistemas multimunicipais e sistemas municipais no setor da água e perspetivas de futuro, in Direito da Água, Lisboa: ERSAR / FDUL, 2013, pp. 67 ss.
- Responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas, in Enciclopédia da Constituição Portuguesa, Lisboa: Quid iuris, 2013, pp. 341 ss.

- Comentário ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas (org. Rui Medeiros), Lisboa: UCE, 2013.
- Contratação coletiva e universidades públicas, in Estudos dedicados ao Professor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva (em coautoria com João Lamy da Fontoura), II, UCE: Lisboa, 2013, pp. 447 ss.
- The New Directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview, in The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement (eds. Luís Valadares Tavares / Rui Medeiros / David Coelho), Lisbon , 2014.
- The New Directive 2014/24/EU on Public Procurement: A First Overview, in The new Directive 2014/24/EU on Public Procurement (eds. Luís Valadares Tavares / Rui Medeiros / David Coelho), Lisbon , 2014.
- A jurisprudência constitucional portuguesa sobre a crise: entre a ilusão de um problema conjuntural e a tentação de um novo dirigismo constitucional, in O Tribunal Constitucional e a crise, Coimbra: Almedina, 2014, pp. 263 ss
- Arbitragem necessária e Constituição (no prelo).
- Ordem dos Advogados: a tentação de uma ordem corporativa e fechada (no prelo).

ORIENTAÇÕES DE DOUTORAMENTO

- AMPARO SERENO ROSADO, *O regime jurídico das águas internacionais : o caso das regiões hidrográficas luso-espanholas* (doutoramento concluído em 2008 - (co-orientação com Diogo Freitas do Amaral);
- PATRÍCIA FRAGOSO MARTINS, *Rethinking Access by Individuals to the Court of Justice of the European Union: Judicial Review of Union acts before and after the Lisbon Treaty* (doutoramento concluído em 2013 – co-orientação com Piet Eeckhout);
- GONÇALO MATIAS, *The Path to Citizenship* (doutoramento concluído em 2014 - co-orientação com Steve Legomsky);
- PEDRO VAZ MENDES, *Pacta sunt servanda e interesse público nos contratos administrativos* (dissertação entregue e a aguardar discussão).
- MARIA OLIVEIRA MARTINS, *A Justiça da despesa pública* (em fase de conclusão - co-orientação com Fernando Araújo);

OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE

- Membro do European Group of Public Law desde Setembro de 1998, com participação em diversos encontros anuais dos professores do grupo europeu de Direito Público na Grécia.

- Participação em numerosos júris de doutoramento, não só na Universidade Católica Portuguesa, mas também na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

